

Não há adiantamento do "jumbo"

por Cláudia Sfatle
de Brasília

Não haverá antecipação de US\$ 3 bilhões do empréstimo-jumbo de US\$ 6,5 bilhões que está sendo negociado junto aos credores internacionais. Esse empréstimo, que, segundo o presidente do Banco Central, Afonso Celso Pastore, se encontra ainda na casa dos US\$ 6,3 bilhões, será assinado até o dia 29 de dezembro. Nos primeiros dias de janeiro ele espera receber a primeira parcela de US\$ 3 bilhões, que era pretendida para este ano como recurso para saldar os atrasados. Com o afastamento da hipótese da antecipação, o balanço de pagamentos contabilizará uma queda de reservas de valor equivalente aos atrasados, e a centralização do câmbio no Banco Central somente será extinta no momento em que ingressarem esses dólares.

Como o Brasil saldou seus débitos externos até outubro, não se conta com o risco de ser declarado inadimplente pelos bancos, já que a decretação de "de-



Afonso Celso Pastore

fault" se dá somente após noventa dias de atraso e, com a liberação da primeira parcela do jumbo nos primeiros dias de janeiro, há condições ao País de saldar seus débitos antes dos noventa dias.

Pastore, que falou à imprensa na saída de um almoço com o ministro da Fazenda, Ernane Galvêas, e com o representante do Brasil no Fundo Monetário Internacional, Alexandre Kafka, considera o ano de

1984 "equacionado" na área externa e já antecipou que, após o carnaval, o País iniciará gestões junto à comunidade financeira internacional e FMI para a renegociação da dívida de 1985, no que foi confirmado pelo representante do Brasil no FMI. "Está muito longe ainda para pensarmos se vamos incluir ou não os juros da dívida nessa nova etapa de negociações", ponderou o presidente do BC, ao ser indagado sobre o assunto.

Embora o presidente do BC tenha admitido que o País não contará com a antecipação de US\$ 3 bilhões, o ministro do Planejamento, Delfim Netto, disse ontem, numa entrevista ao Sistema Brasileiro de Televisão (SBT), que com essa parcela, já assegurada, "nós poríamos em dia todos os nossos compromissos externos até o dia 31 de dezembro". Delfim fez um ligeiro balanço de sua viagem ao Oriente Médio e Europa e acredita ainda que os países mais resistentes "virão nos ajudar na formulação final desse empréstimo".

Já o ministro da Fazenda também considerou a concessão de créditos comerciais no valor de US\$ 2,5 bilhões um assunto encerrado: segundo Galvêas, "as linhas comerciais de crédito já estão resolvidas há muito tempo. Só os Estados Unidos que tiveram de especificar o montante, porque têm de submeter isso ao Congresso. Os outros países, que entrariam com mais US\$ 1 bilhão, apenas vão manter as linhas comerciais que sempre tiveram com o Brasil, e o Canadá, a Inglaterra, a França e o Japão já confirmaram que vão continuar mantendo esse crédito.

Pastore e Kafka acham que o pedido de suspensão de pagamento da dívida argentina não causará nenhum reflexo nas negociações do Brasil com os credores internacionais. "Está muito confuso esse problema da dita moratória argentina. Não temos informações precisas de como foi feita a suspensão dos pagamentos, mas não há nenhum reflexo na renegociação da dívida brasileira", disse Pastore.